



**Médicas-Sacerdotisas:
Religiosidades
Ancestrais e
Contestação ao Sul de
Moçambique (c. 1927
– 1988), SANTANA,
Jacimara Souza.
Campinas, SP: Editora
Unicamp, 2018. 383 p.**

**Priest-Doctors:
Ancestral Religiosities
and Contestation in
Southern Mozambique
(c. 1927 - 1988),
SANTANA, Jacimara
Souza. Campinas, SP:
Editora Unicamp, 2018.
383 p.**

Sandro dos Santos Correia
Universidade do Estado da Bahia
sscorreia@uneb.br

DOI: 10.22481/odeere.v4i8.5113

A publicação intitulada *Médicas Sacerdotisas Religiosidades Ancestrais e Contestação ao Sul de Moçambique* (c. 1927 – 1988) publicado pela Editora da Universidade Estadual de Campinas no estado de São Paulo de autoria de Jacimara Souza Santana, Professora de História da África na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e presidenta eleita em 2018 da Associação de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (ABE – África).

Esta obra é fruto da tese de doutorado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e trata da experiência de médicas-sacerdotisas e médicos-sacerdotes na luta contra a desqualificação dos seus conhecimentos e a desvalorização de sua autoridade pública promovidas pelo Estado colonial português.

Em parceria com o Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult) esse livro foi lançado pela coleção *Várias Histórias* examina as estratégias utilizadas pelas médicas-sacerdotisas e médicos-sacerdotes para garantir a autonomia e a legitimidade dos serviços prestados à população nos campos social, religioso, político, econômico e da saúde.

Nos agradecimentos a autora explicita a sua estadia em Moçambique e a sua relação com intelectuais dessa nação por meio da atuação e intercâmbio com órgãos universitários e pensadores desse território na África.

O prefácio desta obra é assinado por Isabel Maria Cortesão Casimiro responsável pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane na cidade de Maputo, também em Moçambique.

Este documento em sua composição conta com a colaboração de mapas, cartogramas, fotos, imagens, quadros, notas, tabelas e figuras. Estes auxiliam em uma melhor compreensão do fenômeno.

Analisa as razões e as formas e interdição impostas a esse grupo social no período de 1927 a 1988, a partir do uso de fontes orais e escritas, evidenciando assim, a contribuição desses atores em prol da organização e do reconhecimento oficial da categoria, em um contexto de lutas pela independência e reestruturação do novo Estado africano.

A estrutura desta publicação é organizada em introdução mais quatro capítulos com fontes e anexos que irá descrever a experiência e a tradição das mulheres Tinyanga na saúde das pessoas e como estas práticas ancestrais colaboraram para a cura de doenças em Moçambique.

A introdução tem uma divisão nos seguintes tópicos: Sobre o termo tinyanga, Sobre a escolha do período e da área geográfica de pesquisa, A literatura sobre o tema, O trabalho com as fontes orais e O trabalho com as fontes escritas.

Explica o enfrentamento das médicas-sacerdotisas ou médicos-sacerdotes ao domínio colonial português, em sua língua materna Changana, equivalente ao termo Nyanga, ou Tinyanga em caso de uso do plural. Ndau ou “Vovô Ndau”, como é conhecido em Alto Changne, zona rural de perícia de Gaza (Sul de Moçambique), além de filho é neto de Nyanga.

Tinyanga também a forma plural de Nyanga. Geralmente, nas línguas banto, a variação em número de uma palavra é dada com o acréscimo de um prefixo a raiz do nome. Enfatiza a literatura produzida em Moçambique sobre Tinyanga existe desde o período colonial, mas, sobretudo, entre os anos de 1944 e 1972. Em sua maior parte, textos escritos por administradores, missionários, médicos ou antropólogos, quer por iniciativa própria, que por contrato com o governo português, foram consultadas para a realização desta pesquisa.

Relata a relação com o Brasil, especificamente, na Bahia, no universo religioso do candomblé de Nação Angola, afirmando que é possível identificar a influência e existência do termo “Nyanga”.

Logo após faz uma relação desta prática ancestral entre os diferentes povos falantes de línguas banto em terras africanas, termos como Nyanga foram encontrados em países como: Congo Ocidental, África Oriental, Botswana e África do Sul. São utilizados para designar uma ou várias especialidades de médicos-sacerdotes ou médicas sacerdotisas.

Vai além da influência do termo, ultrapassando as fronteiras do continente africano, chegando a América Central, especificamente em terras mexicanas, não esquecendo que a autora já havia citado a sua existência no Brasil.

O primeiro capítulo a interdição das atividades da (o) Nyanga e seus agentes é dividido nos seguintes tópicos: “Sobre a detenção das mulheres Tinyanga” e “Preparando almas para Deus e corpos para o trabalho”.

Relataram episódios de prisões de Tinyanga a partir dos anos 1930 e que o Estado tomou providências na reformulação de sua prática de saúde para inclusão do Nyanga como sujeito colaborador, fato que irá corroborar para a força da cultura local.

Desenvolve uma narrativa para afirmar que houve um incentivo a população nativa se converter a religião católica na sociedade colonial, pessoas que exercessem a atividade de Nyanga eram consideradas “indígenas” e nessa condição permaneciam, uma vez que o modelo colonial de mobilidade social exigia o abandono daquele ofício.

O segundo capítulo Lei, costume e contestação ritual é dividido nos seguintes tópicos: A força do costume: Tinyanga nos Tribunais Privativos dos “indígenas” e Mulheres tinyanga reinventando identidades políticas.

Esse ponto foca na experiência ritual dos médicos-sacerdotes como curam e com quais ervas, assim como as estratégias utilizadas para garantir a existência social e o livre exercício de seus membros num contexto político de intensas mudanças. Relata também a importante influência desses no Estado africano, no século XIX e como foi o processo de desvalorização desses.

O desprestígio vivido pela cultura local é transmitido neste capítulo com a tentativa do governo em controlar o conhecimento fitoterápico com o objetivo de

desenvolver uma indústria farmacêutica que ajudaria ao país a se desenvolver causando assim grandes barreiras para a continuidade dos costumes tradicionais.

O terceiro capítulo Conhecimentos africanos e ocidentais de saúde sob o regime colonial é dividido nos seguintes tópicos: “Colonialismo e saúde das populações africanas”, “A maneira nyanga de curar: Eu não trato só da saúde, mas também das dificuldades de cada um” e “A desqualificação dos serviços de saúde ocidentais por tinyanga”.

Essa divisão relata que apesar da propaganda contrária e desqualificadora da tradição tinyanga por parte do serviço público de saúde do governo, a população concedendo legitimidade a prática tradicional apesar da maioria dessas atividades estarem na ilegalidade por perseguição política.

Ao relatar as estratégias de resistência por meio de atendimento clandestino em razão da perseguição estatal dá destaque à atuação das mulheres e a iniciativas cotidianas dos próprios membros na continuidade e legitimação dos conhecimentos tradicionais.

O quarto capítulo “O retorno do grupo Nyanga ao cenário público” é dividido nos seguintes tópicos: Associações inter-regionais e a luta nacionalista e A emergência da Associação Nacional de Médicos Tradicionais de Moçambique.

Nesse trecho é enfatizado que mesmo depois de todas as tentativas feitas pela colonização em subalternizar a cultura local a população continuou a recorrer fielmente aos tinyanga para a resolução de seus problemas de saúde, inclusive os estrangeiros recorriam aos conhecimentos ancestrais.

Relata que no final dos anos 80 o governo moçambicano através do Ministério da Saúde passou a adotar uma atitude diferenciada em relação aos tinyanga, por meio de seu gabinete de Medicina Tradicional para discutir a contribuição dessa cultura local na prestação do serviço de saúde. Na atualidade participam como membros da Associação Nacional de Médicos Tradicionais, fundada nos anos 1990.

O esforço da autora para mostrar os conflitos provenientes desta invasão estrangeira é notório em meio a tantas mudanças impostas pelo processo de colonização e inferiorização das instituições e culturas africanas, sobretudo, as mulheres, andaram na contramão ao permanecerem trabalhando na clandestinidade.

Analisa e discute o impacto da colonização portuguesa em Moçambique e como esta foi responsável por uma desestruturação de parte da sociedade africana. É uma reflexão importante e profunda sobre os acontecimentos que organizaram e desorganizaram as estruturas culturais e locais, deixando marcas no território moçambicano, que nos dão pistas importantes para entendermos a maneira que está sendo formatada esta sociedade.

É uma obra de fundamental importância para o conhecimento de costumes e tradições africanas, indica-se a mesma para profissionais que atuam no ensino médio e superior nas graduações das ciências humanas tais como: história, geografia, sociologia e demais discussões epistemológicas que se debruçam sobre a análise dos impactos da colonização europeia na África. Ainda é interessante para as análises da história das resistências culturais e sociais no continente negro e para discussões de educação e ciências sociais. Enfim, é uma leitura coerente, sobre as relações desenvolvidas no espaço africano, contribuindo de forma apurada para as reflexões dos nossos problemas e o entendimento dos mesmos.

Sandro dos Santos Correia: Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL); Professor da UNEB; Vice-Lider do Grupo de Pesquisa NEPPINS (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade) da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano); Membro do Grupo de Pesquisa DSN (Desenvolvimento, Sociedade e Natureza) da UCSAL.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: Outubro de 2019.

Artigo aprovado para publicação em: Novembro de 2019.